



A INCLUSÃO DE UMA ALUNA SURDA NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS: UM ESTUDO DE CASO¹

Sheila Enaura Silva de Almeida²

Instituto Federal de Alagoas (IFAL – Santana do Ipanema/AL)

sheilinha.alm@hotmail.com

Resumo: Possibilitar a inclusão de surdos na escola regular é uma responsabilidade que tem recaído sobre os profissionais da educação, que têm buscado criar um ambiente escolar que permita não apenas a inserção de surdos, mas sua inclusão. Em meio a leis que garantem o acesso à educação, mas ainda com muitas barreiras, devido à carência de políticas públicas eficientes, o desafio tem sido tornar possível o desenvolvimento da aprendizagem e das relações sociais no processo educacional. Este artigo tem como objetivo analisar as estratégias de ensino dos professores e as práticas educacionais do Instituto Federal de Alagoas, campus Santana do Ipanema, com vistas à contribuição destas para a inclusão de uma aluna surda desta unidade de ensino. Buscou-se coletar informações que englobaram desde as providências tomadas pela instituição, ante a chegada da aluna ao campus, até as estratégias utilizadas pelos professores para possibilitar o seu processo de ensino-aprendizagem e a relação da aluna com colegas de sala e docentes. Para isso, a pesquisadora realizou duas entrevistas do tipo estruturadas: uma com a intérprete de Libras e outra com a aluna surda. Também foram aplicados questionários com questões semiabertas para 2 membros da equipe gestora e 14 professores da aluna. A pesquisa revelou que o uso de imagens em lugar de textos, oferta de aulas práticas e a presença da intérprete de Libras para intermediar a comunicação permitiram um avanço no desenvolvimento intelectual e social da aluna.

Palavras-chave: Inclusão. Surdez. Escola. Estratégias de ensino.

THE INCLUSION OF A DEAF STUDENT IN THE FEDERAL INSTITUTE OF ALAGOAS: A CASE STUDY

Abstract: Enabling the inclusion of deaf people in regular schools is a responsibility that has fallen on education professionals, who have sought to create a school environment that allows not only the inclusion of deaf people, but their inclusion. Amid laws that guarantee access to education, but still with many barriers, due to the lack of efficient public policies, the challenge has been to make possible the development of learning and social relations in the

¹ Artigo apresentado ao curso de Especialização em Educação Inclusiva - UNEAL - sob orientação do professor Me. Almir Bispo dos Santos (Professor Assistente da Universidade Estadual de Alagoas) e co-orientação da professora Ma. Graciele Oliveira Faustino (Professora Auxiliar da Universidade Estadual de Alagoas).

² Graduada em Letras-Português, pela Universidade Estadual de Alagoas – campus Palmeira dos Índios – AL.

educational process. This article aims to analyze the teaching strategies of teachers and educational practices of the Federal Institute of Alagoas, Santana do Ipanema campus, with a view to their contribution to the inclusion of a deaf student of this teaching unit. We sought to collect information that ranged from the measures taken by the institution, before the arrival of the student on campus, to the strategies used by teachers to enable her teaching-learning process and the student's relationship with classmates and teachers. For this, the researcher conducted two structured interviews: one with the Libras interpreter and one with the deaf student. Questionnaires with semi-open questions were also applied to 2 management team and 14 of her teachers. The research revealed that the use of images instead of texts, offering practical classes and the presence of the Libras interpreter to mediate communication allowed an advance in the student's intellectual and social development.

Keywords: Inclusion. Deafness. School. Teaching strategies.

INTRODUÇÃO

A educação de surdos tem sido alvo de discussões e sofrido avanços quanto à importância da valorização da cultura e identidade surdas pela escola, culminando na necessidade de adaptações por parte desta para que a peculiaridade linguística do surdo seja respeitada e utilizada como meio de possibilitar seu processo de ensino-aprendizagem. Klein & Formoso (2009) destacam que as políticas educacionais na perspectiva da educação inclusiva têm levantado “debates/embates” no que diz respeito à educação de surdos e Perlin & Strobel (2006, p. 2) frisam a necessidade de “dialogarmos sobre os fundamentos da educação de surdos”.

Pensar a inclusão de surdos na escola regular requer uma reflexão sobre seu lugar na sociedade, uma vez que estes trazem consigo um histórico de rejeição. Por muito tempo considerados sem utilidade para ela e incapazes de aprender, esse entendimento caminhou junto com a escola, que excluía o surdo e quaisquer outras pessoas que saíssem do padrão criado por ela, a saber, alunos caracterizados como ouvintes e brancos (SKLIAR, 2013).

Dessa forma, possibilitar a inclusão de surdos em um lugar que lhes foi negado historicamente é uma responsabilidade que tem recaído sobre os profissionais da educação, os quais, em meio a leis que garantem o acesso à educação, mas ainda com muitas barreiras para sua efetivação devido à carência de políticas públicas eficientes, têm buscado criar um ambiente escolar que permita não apenas a inserção de surdos, mas sua efetiva inclusão, de modo que tanto a aprendizagem quanto as relações sociais sejam estabelecidas em seu processo educacional.

Diante das circunstâncias apresentadas, após tomar conhecimento de que no Instituto Federal de Alagoas, campus Santana do Ipanema, havia uma aluna surda estudando, a pesquisadora quis compreender a situação dela na instituição, se estava incluída ou apenas inserida. O presente artigo foi escrito com o intuito de apresentar uma pesquisa que teve como objetivo analisar as estratégias de ensino dos professores e as práticas educacionais do Instituto Federal de Alagoas, campus Santana do Ipanema, com vistas à contribuição destas para a inclusão da aluna surda desta unidade de ensino.

Foram definidos como objetivos específicos: descrever quais providências/medidas o Instituto Federal de Alagoas, campus Santana do Ipanema, tem tomado para possibilitar o processo de ensino-aprendizagem da aluna surda; Apontar as estratégias de ensino utilizadas pelos professores no processo de ensino-aprendizagem da aluna surda; Identificar a maneira que a Língua de Sinais tem sido trabalhada na sala de aula e na comunidade escolar, com vistas ao processo de ensino-aprendizagem da aluna surda, bem como na difusão da importância da Libras na comunicação dos surdos; Verificar a presença de intérprete de Libras e sua forma de atuação como intermediador da comunicação entre os professores e a aluna surda no processo de ensino-aprendizagem; Averiguar como se dá a interação dessa aluna surda na sala de aula e com os professores.

A pesquisa foi realizada através de entrevistas e de aplicação de questionários. Assim, para concretizar os objetivos específicos, a pesquisadora realizou duas entrevistas do tipo padronizadas ou estruturadas - uma com a intérprete de Libras e uma com a aluna surda - por meio de gravação de áudio e com o intermédio da intérprete de Libras, no caso da entrevista com a aluna surda. Também foram aplicados questionários com questões semiabertas para 2 membros da equipe gestora e para 14 professores da aluna, sendo utilizadas perguntas diferentes, tendo em vista as distintas funções exercidas pelos professores e pela equipe gestora.

No tocante à aluna surda participante desta pesquisa, vale salientar que começou a estudar no Instituto Federal de Alagoas, campus Santana do Ipanema, no ano de 2015, no curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agropecuária, que tem duração de 4 anos e, atualmente, está concluindo o 4º ano. A referida aluna iniciou os estudos, nível médio, aos 20 anos (2015) e está concluindo aos 24 anos (2019).

Os pressupostos teóricos desta pesquisa estão embasados em: Mantoan (2003), Skliar (2013), Lopes & Veiga-Neto (2006), Barbosa (2011), Faria et al (2017), Cordova & Tacca

(2011), dentre outros, os quais apontam em seus estudos a necessidade da inclusão de todos os alunos na escola e indicam caminhos para que ela seja de fato efetivada.

Historicamente tratados como pessoas deficientes, os surdos foram excluídos da convivência em sociedade, considerados dignos de pena e vítimas da incompreensão da sociedade e da própria família (DUARTE *et al.*, 2013). Logo, uma educação voltada para eles era algo que não fazia parte de sua realidade.

Strobel (2008, apud DUARTE *et al.*, 2013, p.3) destaca que os surdos sempre existiram e que “a presença do povo surdo é tão antiga quanto a humanidade [...] O que acontece, porém, é que nos diferentes momentos históricos nem sempre eles foram respeitados em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos”.

Assim, a educação de surdos é marcada por períodos de sofrimento e de anulação da identidade surda, onde as escolas só enxergavam como capazes de aprender aquelas pessoas consideradas “normais”, que atendiam ao perfil idealizado de uma sociedade colonialista, a qual impunha a cultura da maioria sobre as minorias, neste caso, as pessoas deveriam ser brancas e ouvintes. Dessa forma, a comunicação deveria ser apenas pela linguagem oral-auditiva, o que sáísse desse padrão era considerado anormal. Por não se encaixarem nos padrões dessa sociedade, onde imperava o “sistema ouvintista de valores³” e de uma “ideologia supremacista branca e logocêntrica” (SKLIAR, 2013), os surdos tiveram sua identidade anulada ao terem de aceitar uma educação voltada para a tentativa de torná-los ouvintes. Essa anulação decorre do fato de que, ao se impor uma cultura sobre outra (no caso, a ouvintista sobre a surda), anulam-se as diferenças e, conseqüentemente, o outro.

1. O SURDO E O PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA

O compromisso do Brasil em procurar meios para possibilitar uma educação para todos, por meio da política de educação inclusiva, surgiu a partir da década de 1990, sendo resultado de movimentos em busca de uma sociedade mais justa e igualitária (BARBOSA, 2011).

A respeito da inclusão, Mantoan (2003, p. 14) destaca:

³ O termo ouvintismo foi utilizado por Skliar para referir-se às imposições e representações sobre os surdos, que levavam em consideração as normas orais-auditivas. Na literatura dos Estudos Surdos, tem sido utilizado o termo audismo (como tradução do inglês *audism*) para referir-se aos discursos e práticas normalizadoras impostas aos surdos, numa perspectiva dos ouvintes.

Exige, em nível institucional, a extinção das categorizações e das oposições excludentes — iguais X diferentes, normais X deficientes — e, em nível pessoal, que busquemos articulação, flexibilidade, interdependência entre as partes que se conflitavam nos nossos pensamentos, ações e sentimentos [...] Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.

Assim, a escola necessita de um projeto político pedagógico que valorize as diferenças, direcione os professores a práticas inclusivas no processo de ensino-aprendizagem, através de debates, atividades em grupos que requeiram e possibilitem a participação de todos visando à troca de experiências e ao reconhecimento da importância de cada um nessas atividades. Partindo desse princípio, a figura do profissional intérprete de Libras é fundamental nesse ambiente de interação entre surdos e ouvintes, tanto para intermediar a comunicação, como para solidificar a Libras como língua natural dos surdos diante da comunidade escolar.

No tocante à Língua de Sinais (Libras), Faria *et. al.* (2017, p.173) fazem menção ao fato de “a formação social do sujeito dá-se através da sua interação com o meio e com os outros indivíduos”. Dessa forma, se para existir interação entre duas pessoas é necessária uma forma de comunicação, códigos ou uma língua, segue-se que a Língua de Sinais é crucial para o desenvolvimento do surdo enquanto cidadão crítico. Por conseguinte, é um direito dos surdos comunicarem-se através da Língua de Sinais, cabendo à escola criar estratégias e políticas para que a Libras seja difundida na comunidade escolar, bem como proporcionar aos surdos uma educação bilíngüe.

Uma escola bilíngüe deve possibilitar aos surdos a Língua de Sinais como primeira língua e a língua portuguesa como segunda, além de dispor de professores surdos ou, na falta destes, de professores bilíngües. Conforme Decreto Federal 5626/05,

As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (Art. 22).

É imprescindível, também, que se torne possível a livre circulação e o acesso às informações, através de, por exemplo, luzes de cores diferentes para indicar quando é início,

término ou intervalo de aula e identificação em Libras de todos os espaços que a constituem, como exemplifica Xavier *et al.* (2016). O resultado dessas providências é a efetivação da acessibilidade e do direito de ir e vir de todos os seus alunos.

O profissional intérprete de Libras tem, também, grande importância no processo de inclusão do surdo, uma vez que, partindo do princípio de que a inclusão de uma pessoa em um determinado ambiente requer que ela se sinta acolhida e envolvida, podendo expor seus pensamentos numa troca recíproca de experiências, a presença do profissional intérprete de Libras é determinante para que isso ocorra, no caso do surdo, uma vez que “a Libras não pode ser apenas um recurso de tradução das aulas, ela deve ser um espaço de interlocução entre os surdos e toda a escola” (FERNANDES, 2003, apud LIMA, 2017, p.197) e é este profissional que faz o intermédio dessa comunicação.

Cordova & Tacca (2011, p.215), ao pesquisar sobre o papel do intérprete de Libras no processo de ensino-aprendizagem, bem como das relações sociais do aluno surdo, destacam:

Torna-se relevante investigar se o intérprete de língua de sinais, enquanto um sujeito pertencente à dinâmica escolar e que atua da perspectiva da ação pedagógica, da comunicação entre pessoas, mais especificamente entre sujeitos surdos e ouvintes, pensa a sua atuação também associada a uma ação pedagógica e quais as implicações disso para a aprendizagem do sujeito surdo.

O intérprete de Libras necessita, por conseguinte, desenvolver práticas pedagógicas, colaborando com o professor da turma regular, bem como sugerindo a este atividades que facilitem a assimilação dos conteúdos e favoreçam a interação entre alunos surdos e ouvintes, não sendo, dessa forma, sua função limitada à mera interpretação de palavras ditas pelo professor.

É importante salientar que a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), prevê a superação de diversas barreiras, inclusive o direito à comunicação em Língua Brasileira de Sinais.

Tendo por base essas considerações, passaremos à análise de como a educação de surdos tem sido realizada no Instituto Federal de Alagoas, campus Santana do Ipanema.

2. A INCLUSÃO DE UMA ALUNA SURDA NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, CAMPUS SANTANA DO IPANEMA

Com o objetivo de promover uma educação profissional e tecnológica, o Instituto Federal de Alagoas, campus Santana do Ipanema, é um dos 14 campi do Estado e está em funcionamento desde o ano de 2010. Contudo, foi somente no ano de 2015 que um surdo passou a fazer parte do seu corpo discente.

Conhecer as providências que esta unidade de ensino tomou, com vistas à inclusão, quando soube que uma aluna surda comporia sua comunidade escolar, conforme já foi dito, foi o que se buscou primeiramente nesta pesquisa, sendo as informações adquiridas por meio da equipe gestora, que explicou o que aconteceu na época e possibilitou o acesso a conteúdos divulgados e a um documento, a saber, uma Ação Civil Pública, por parte do Ministério Público Federal, que culminou na contratação de intérprete de Libras, para atender a necessidade da aluna surda.

Encaminhamento jurídico

Após ser oficializada a aprovação da aluna surda no processo seletivo, no início de 2015, o NAPNE do campus (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas) solicitou ao IFAL, por meio de processo administrativo, as providências para o atendimento educacional especializado da discente, através da contratação de um Tradutor e Intérprete de Libras. Contudo, iniciou-se o semestre letivo, em maio de 2015, e a discente ingressou no campus sem o atendimento solicitado, sob a alegação, por parte do IFAL, de ausência de código de vaga e da impossibilidade de contratação. A alternativa encontrada pelo IFAL foi orientar a mãe da discente a entrar com uma ação junto ao Ministério Público Federal. Assim, em janeiro de 2016, em comum acordo com o NAPNE e com as equipes gestora e pedagógica, a genitora entrou com uma ação alegando omissão por parte do IFAL para atender às necessidades educacionais específicas de sua filha.

Após vários trâmites na via administrativa por meio do próprio MPF, porém sem resultados, em março de 2017 o órgão decidiu conduzir o processo na via judiciária, ajuizando Ação Civil Pública (ACP) – com pedido de tutela provisória de urgência – contra a União e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), com a finalidade de garantir, imediatamente, a contratação de tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de

Sinais. Por todos esses contratemplos, mesmo o semestre letivo iniciando em 2015, a intérprete de Libras que atua no campus só chegou em 2017.

Um dos membros da equipe gestora descreveu assim a situação:

Desde que a aluna surda foi matriculada na instituição, a escola buscou meios para lidar com a situação, visto que o IFAL não possuía intérprete em Libras, sendo necessário acionar o Ministério Público para a garantia de contratação deste profissional para acompanhamento da aluna na escola. Como medida imediata o campus buscou parceria com a prefeitura, que cedeu um funcionário para ajudar na comunicação entre servidores e aluno. Este funcionário não era intérprete em Libras, mas tinha sido professor dela [...] A contratação da intérprete em Libras ocorreu após intervenção do Ministério Público (Fonte: Entrevista com membro da equipe gestora da instituição, 2019).

É notável a batalha que se travou na escola para que a aluna pudesse ter o direito de estudar. Contudo, vale destacar o posicionamento da equipe gestora da instituição, que não foi negligente e orientou a mãe da aluna para que as medidas cabíveis fossem tomadas, sendo isso crucial para a chegada da Tradutora e Intérprete de Libras ao campus. Essa “movimentação” em uma escola que precisa desconstruir um padrão erguido historicamente ocorre, de acordo com Mantoan (2003, p. 20), porque a inclusão “provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional [...] O direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação excludente, normativo, elitista”.

O ensino-aprendizagem em processo da estudante surda

Primeiramente cabe esclarecer as normas que regem o IFAL de Santana do Ipanema a respeito da inclusão. Para isso, foram analisados o Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI (2013) -, que engloba todos os campi, e o Projeto de Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agropecuária, do campus de Santana do Ipanema. Este foi construído no ano de 2015 e está em processo de alteração, não estando disponível, ainda, a versão mais recente. Contudo, como esteve vigorando no período de estudo da aluna surda participante desta pesquisa⁴, a consulta foi feita nele.

O PPPI apresenta a organização curricular do IFAL baseada nos princípios “de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tendo por finalidade “o pleno

⁴ A pesquisa foi autorizada pelo gestor da instituição mediante o uso do documento de solicitação de autorização para realização de pesquisa acadêmico-científica e pela utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) simples, construído para conhecimento e anuência dos participantes: equipe gestora, professores, aluna surda e intérprete de Libras.

desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (2013, p.35). O compromisso com a inclusão pode ser visto no texto abaixo:

O IF/AL perseguirá sua missão com base no princípio de igualdade de condições para o acesso (tendo como premissa a inclusão social) e permanência com sucesso na escola – observando a liberdade do aluno em aprender e do professor em ensinar, tendo como um dos objetivos a divulgação da cultura, do pensamento, o pluralismo de ideias de concepções pedagógicas (Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI IFAL, 2013, p.35-36).

O Projeto de Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agropecuária, inerente ao PPPI, destaca a educação como estratégia de inclusão social, associando também a esse tipo de inclusão o processo de possibilitar às pessoas da zona rural, muitas vezes isoladas, a participação na sociedade através do conhecimento de técnicas para cultivo de alimentos e de animais.

Assim, não são citadas estratégias específicas ou políticas explícitas para promover a inclusão, dispondo os dois documentos, de uma forma geral, a respeito do seu compromisso com uma educação que possibilite a formação plena do sujeito. Coube, portanto, principalmente aos professores, criar estratégias que possibilitassem o processo de ensino-aprendizagem da aluna surda. Com o fito de conhecer essas estratégias, foram elaboradas algumas perguntas e as principais serão apresentadas com as devidas respostas.

Em questionário, quando inquiridos sobre como faziam para trabalhar os conteúdos em sala de aula tendo em vista a presença de uma aluna surda, a resposta que mais se repetiu entre professores foi a utilização de imagens (79%); que os conteúdos continuaram sendo os mesmos e a intérprete fazia a tradução (14%) e 7% respondeu que dava a aula normalmente. O uso de textos simplificados, bem como o ato de gesticular mais, foram citados também por alguns que disseram utilizar imagens (21%). Ainda nesse item, alguns professores mencionaram que a estratégia de usar imagens se repetia nas avaliações, para facilitar a compreensão da aluna (72%). Uma resposta que chamou a atenção da pesquisadora foi: “Realizei alguns contatos com a intérprete (prévios, durante e após aulas) no sentido de melhorar a qualidade de apresentação e/ou verificar se havia, por parte da aluna e/ou da intérprete, alguma dúvida e/ou sugestão” (Fonte: Questionário para professores da aluna, 2019). A este respeito, Mantoan (2003, p.25) recomenda “práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade”.

Questionados a respeito da forma de avaliar sua aluna e se utilizavam a mesma prova, quando usavam esse artifício, apenas um disse que fazia a mesma prova com os mesmos níveis de dificuldades para todos. As demais respostas foi que, na maioria das vezes, antes da intérprete chegar ao campus, fazia em dupla ou “passava adiante mesmo”. Com a chegada da intérprete, faziam a prova adaptada com muitas imagens, questões curtas e com menos alternativas, usando o mesmo assunto, mas sem cobrar com a mesma intensidade, dando preferência a questões de marcar X, de associação e de Verdadeiro ou Falso. Utilizavam-se, também, de avaliações orais - com a presença da intérprete - de aulas práticas, por meio das quais se mostrava o que havia aprendido, de apresentação de trabalhos, onde a aluna chegou a participar de seminários, falando em Libras e com a tradução da intérprete.

No tocante à atitude de cobrar menos, facilitando os conteúdos para alunos com necessidades educacionais especiais, Mantoan (2014, p.9) destaca que “currículos adaptados, atividades facilitadas, objetivos limitados para determinado conteúdo, avaliações diferenciadas [...] continuam a excluir alguns e controlam a aprendizagem”. As palavras de Mantoan são aceitáveis, contudo, há que se analisar cada situação. No caso da aluna participante desta pesquisa, houve um grande atraso na chegada da intérprete de Libras para possibilitar sua acessibilidade, com o agravante de ela saber muito pouco sua língua natural (Libras) e praticamente nada da língua portuguesa⁵, consequência de ter vindo de uma família que não usa a língua de sinais para se comunicar e de ter cursado os anos iniciais também sem acessibilidade. Então, como cobrar dessa aluna o mesmo que se cobrava de outros que estavam em grau de conhecimento muito acima do dela?

O curso que a aluna fazia tinha duração de 4 anos e somente no terceiro ano é que a intérprete de Libras chegou ao campus. Foi só então que se começou a envolver essa aluna na turma, a ensiná-la mais a Libras (ato realizado pela intérprete, como se verá mais a frente), possibilitando a ela o que não teve no ensino fundamental, sendo este “substituído”, na prática, pelo nível médio. Saliente-se que a aluna participou de viagens técnicas, aulas de campo, plantação e cultivo de alimentos, aulas de amostragem e coleta de solo e outras atividades que proporcionaram conhecimentos importantes relativos ao seu curso⁶, mas é preciso refletir sobre como lidar com uma situação que envolve alguém que estava iniciando uma formação que a turma toda já desenvolvia desde o primeiro ano, para nem levar à

⁵ De acordo com a professora de Língua portuguesa e a intérprete de Libras, a aluna tinha muita dificuldade em escrever, não havendo coerência no que construía, bem como coesão, sendo um pouco melhor na leitura.

⁶ Informação dada pela intérprete de Libras e por três professores.

exclusão, como mencionou Mantoan (2003), no que diz respeito ao que envolve os conteúdos, nem tampouco agir sem analisar a igualdade de condições.

A relação da aluna com professores e colegas de sala

A característica identificadora da aluna antes da intérprete chegar foi a timidez. Isso provavelmente era consequência de ela não conseguir se comunicar. Contudo, a chegada da intérprete possibilitou mudança em seu comportamento, conforme relataram alguns professores:

Quadro 1 - Características da aluna antes e depois da chegada da intérprete de libras

“No início [...] apresentava baixo índice de interação, no entanto com a chegada da intérprete houve melhorias significativas e o aperfeiçoamento da comunicação em Libras”.
“A estudante inicialmente não se demonstrava tão segura e confortável em estar com a turma [...] Apesar disso, gradativamente ela foi se soltando, aumentando sua confiança”.
“Pós intérprete [...] a aluna que se mostrava tímida e desmotivada, passou a apresentar um comportamento de desenvoltura na apresentação de seminários e na interação grupal”.

Fonte: Questionário para professores da aluna (2019).

Em aula de campo, a pesquisadora teve a oportunidade de acompanhá-la e ver uma aluna totalmente descontraída e brincalhona, rindo e se divertindo bastante, interagindo naturalmente com as pessoas, e isso era possível porque a presença da intérprete dava-lhe a condição de se comunicar com sua língua natural, a Libras. As pessoas que a conheciam (alunos e professores, por exemplo) agiam com naturalidade, sendo todos auxiliados pela intérprete. A aluna mostrava-se com uma postura mais segura por sentir-se aceita pelas pessoas com quem tinha contato, sendo isso, ao que parece, resultado da comunicação por meio da Libras.

A promoção da Libras

No tocante à Libras, a intérprete, juntamente com a equipe gestora, promoveu palestras e oficinas onde alunos, professores e a aluna surda puderam participar. Em outubro deste ano, teve início um curso básico de Libras sob responsabilidade da intérprete, voltado para 20 servidores e 40 alunos, com duas turmas de 20 alunos pela manhã e 20 à tarde.

Em outra oportunidade a pesquisadora participou de atividade em comemoração ao dia do surdo, em setembro deste ano. O evento foi marcado pela presença de dois surdos de um dos campi da UFAL, que conduziram uma palestra com o tema “Sou surdo e sou capaz”, com a tradução da intérprete de Libras do campus. Estiveram presentes, também, professores da instituição, alunos ouvintes e a aluna surda.

A Libras também foi “levada” até a aluna por meio de participação em eventos, como o I e o II Encontro Comemorativo ao Dia do Surdo, na Universidade Federal de Alagoas, em Delmiro Gouveia/AL, onde, ela pôde ter contato com outros surdos e até mesmo aprimorar seu vocabulário através do conhecimento de sinais novos. Inclusive, na entrevista feita com a aluna, quando perguntada se achava mais fácil a Libras ou a língua portuguesa, ela respondeu: “A Libras é boa. Português, ler, não gosto. A Libras é melhor, eu gosto, porque estou aprendendo sinais [...] Os sinais são bons, eu entendo, agora a escrita é complicado” (Fonte: Entrevista com a aluna, 2019). Como Lacerda & Lodi (2010 apud XAVIER, et al., 2016, p.29) frisam: “À medida que a condição linguística do surdo é respeitada, aumentam as chances de ele desenvolver-se e construir novos conhecimentos de maneira satisfatória”.

O papel desempenhado pela intérprete de Libras

A intérprete de Libras do IFAL de Santana do Ipanema revelou-se muito consciente sobre o que era sua responsabilidade e o que era apenas “um papel moral, social”, de acordo com ela. Seu entendimento era que a função do intérprete de Libras é basicamente interpretar, fazer a ponte na comunicação entre surdo e ouvinte e vice-versa.

Seguem, abaixo, algumas informações captadas durante a entrevista:

Quando conheceu a aluna, percebeu que tinha um vocabulário de Libras muito pequeno e, de acordo com ela, mesmo não sendo seu papel no campus, tirava uma manhã na semana para ensinar Libras à aluna; se percebia que a aluna não estava entendendo o assunto durante a aula, informava ao professor para que ele pudesse explicar melhor o conteúdo; fazia questão de deixar claro que a aluna percebia o mundo de um modo visual, orientando os professores a usar metodologias que ajudassem na melhor assimilação dos conteúdos por parte da aluna, como o uso de imagens, por exemplo.

Duas situações em particular, relatadas pela intérprete, chamaram a atenção da pesquisadora: Muitas vezes a aluna dizia “Eu sou surda, eu sou surda, eu não consigo fazer” e a intérprete conversava com ela explicando que ela tinha capacidade de aprender: “Você é

surda, mas você consegue de outro jeito” (Fonte: Entrevista com a intérprete de Libras, 2019). Com o tempo a aluna foi deixando de falar aquilo.

Outra situação que se repetiu com alguns poucos professores, segundo ela, mas que já não estavam mais no IFAL de Santana do Ipanema, era eles dizerem algo do tipo “Eu vou fazer uma coisa aqui com os alunos, tu faz alguma coisa com ela”. Diante disso, a atitude da intérprete era explicar “Ela tem que se sentir da turma. Ela é da turma, então você não pode deixar a turma fazendo uma coisa e a [aluna] fazendo outra. Você tem que procurar uma metodologia mais acessível pra ela” (Fonte: Entrevista com a intérprete de Libras, 2019).

Diante do exposto sobre como a intérprete desempenhava seu papel, depreende-se que, mesmo não entendendo que a função do intérprete de Libras deveria ser pedagógica também, na prática, muitas de suas atitudes revelaram-na com essa característica, enquadrando-se no que defendem Cordova & Tacca (2011) sobre o papel pedagógico que o intérprete deve desempenhar.

A experiência dos professores como resultado do convívio com a aluna surda

Mesmo não se sentindo preparados para lidar com as diferenças na escola⁷, uma vez que era a primeira vez que tinham uma aluna surda na sala de aula, os professores do IFAL de Santana do Ipanema foram aprendendo no dia a dia, buscando orientações e fazendo pesquisas na internet sobre a experiência que estão vivenciando, sendo que o resultado do empenho deles foi uma experiência enriquecedora para sua vida pessoal e profissional. Ao serem questionados sobre como foi a experiência de lidar com uma aluna surda na sala de aula, obtivemos respostas como as que seguem abaixo:

Quadro 2 – Relatos das experiências dos professores através da convivência com a aluna

“Foi ótima. Uma aprendizagem. Tive que pensar em formas diferentes de avaliação, trabalhar com imagens. Pensar em passar a informação a quem não domina o português”.
“Precisou de mudanças metodológicas e de busca de ferramentas que auxiliassem o processo de ensino-aprendizagem. Foi gratificante com docente saber que, de alguma forma, pude contribuir com sua educação”.
“Descrevo a experiência como desafiadora. Ao mesmo tempo gratificante. Pude aprender muito, além de ensinar”.

⁷ Dos 14 professores participantes desta pesquisa, quando perguntados em questionário se sentiam-se preparados para lidar com as diferenças na sala de aula, 57% responderam NÃO; 7% SIM e 36% colocaram-se numa posição correspondente a mais ou menos.

“Foi um desafio e oportunidade de (re) ver e (re) pensar a minha prática de ensino”.
“Uma grande oportunidade em trabalhar com alunos com necessidades especiais, em vista dos desafios e nossas limitações. Havendo a possibilidade de aprimorar novas metodologias e materiais didáticos acadêmicos”.
“Serviu para que eu reforçasse o meu ponto de vista inicial: só se desenvolve um trabalho competente com um aluno dessa natureza quando os docentes, bem como o aluno, tem o suporte de um profissional especializado, como era o caso da experiência vivenciada aqui no IFAL”.
“É um desafio, mas algo muito gratificante, pois vemos a evolução da aluna e da pessoa, além de serem exemplos para nós no que diz respeito às dificuldades que a vida nos dá, sendo estimulantes em passar por essas dificuldades”.
“Foi desafiadora e enriquecedora. Uma experiência humana significativa e que me estimulou muito a crescer. Como docente, ajudou-me a perceber algumas limitações que eu tinha, fez-me repensá-las e criar alternativas para superá-las”.
“Achei no início bem desafiador, mas ao final acho que foi positivo e aprendi bastante”.

Fonte: Questionário para professores da aluna (2019).

Assim, como destaca Mantoan (2003, p.20),

Nossas ações educativas têm como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aulas.

A aluna, por sua vez, mesmo diante do que aprendeu durante seu período de estudos no IFAL, principalmente de ter gostado muito das amizades que fez, de tudo o que o IFAL proporcionou, o que ela mais gostou foi das viagens. Nas palavras dela:

Eu conheci alguns lugares, tirava foto. Eu surda não sabia, o professor ficava falando lá, mas eu sempre via as coisas, algumas coisas bonitas, por exemplo [...] Que eu não conhecia nada. Nunca tinha viajado. Nunca tinha visto várias coisas. O shopping eu nunca tinha ido. Pernambuco, eu nunca tinha ido para Pernambuco. Achei muito bonito, muito chique. Tirei várias fotos. Eu gostei muito (Fonte: Entrevista com a aluna, 2019).

A intérprete nesse momento comentou comigo que concorda com ela porque as viagens abriram o mundo, a mente pra ela. Mencionou a de Delmiro Gouveia que as duas foram e que lá ela conheceu muitos surdos e até foi ao shopping com eles. Inclusive nesse ano de 2019 foram novamente lá para o segundo encontro em comemoração ao dia do surdo.

Importante ressaltar que, quando foi feita a seguinte pergunta para a aluna: “Você se sentiu incluída aqui no IFAL?”, a intérprete fez adaptações para que ela compreendesse melhor o que foi perguntado, e a resposta obtida foi: “Hoje eu gosto. Gostei do 4º ano demais.

O 4º ano foi muito bom, pena que acabou, né? Eu não queria que mudasse. Eu era muito feliz com tudo aqui no IFAL” (Fonte: Entrevista com a aluna, 2019).

A resposta da aluna reflete o resultado das mudanças que aconteceram com a chegada da intérprete de Libras. Como dito, foi apenas no decorrer do 3º ano que a acessibilidade foi proporcionada a ela, acompanhada de metodologias que auxiliaram no seu processo de ensino-aprendizagem. A partir dessas mudanças, a aluna foi se desenvolvendo de maneira que os professores foram unânimes em afirmar que, após a chegada da intérprete, ela “melhorou muito”, nas palavras deles.

É assim que tanto professores, quanto alunos e o próprio intérprete de Libras se desenvolvem através do convívio com as diferenças, através de experiências que transformam sua forma de viver, de atuar e de ver algumas coisas. E inclusão é isso, é promover mudanças, mudanças que levem o ser humano a ofertar o melhor de si para os que os rodeiam, independente do lugar. Na escola, é importante abrir oportunidades para que o outro se sinta acolhido e possa desfrutar de conhecimentos que o torne capaz de desenvolver-se pessoalmente e profissionalmente, encontrando o seu lugar na sociedade. É de se considerar, também, que as pessoas que conviveram com a aluna no IFAL de Santana do Ipanema puderam vivenciar experiências que ampliaram a forma de ver/pensar o surdo, uma vez que

A escola subjetiva os sujeitos, fazendo operar a seu serviço diferentes instituições de (re) educação [...] Aqueles que estão na escola não conseguem passar por ela sem carregar marcas profundas que ela imprime. E ela imprime, naquele que por ela passa, histórias, comportamentos, valores e um tipo de educação que deixa marcas no corpo e na alma [...] Ninguém passa ileso por ela (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p.92).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em uma educação que possibilite a aprendizagem e a inclusão de surdos na escola é abrir espaço para que o direito à educação, previsto na nossa Carta Magna, seja consolidado e permitir que as diferenças que permeiam nossa sociedade comecem a ser interpretadas desde a escola como ratificação da singularidade de cada um de nós: somos únicos e nossa individualidade é marcada pelas diferenças que temos, caso contrário, seríamos todos iguais.

Assim, este estudo buscou conhecer como se deu a inclusão de uma aluna surda do Instituto Federal de Alagoas, campus Santana do Ipanema, através do acesso a informações que englobaram desde as providências tomadas por esta instituição de ensino ante a chegada

da referida aluna ao campus, até as estratégias utilizadas pelos professores para possibilitar o seu processo de ensino-aprendizagem e a relação da aluna com os colegas de sala e docentes.

Mesmo não sendo considerada uma escola bilíngue, por necessitar de adaptações como a presença de professores surdos ou ouvintes bilíngues, por exemplo, podemos dizer que o Instituto Federal de Alagoas, campus Santana do Ipanema, cumpriu seu papel em fazer a aluna se sentir acolhida e parte integrante daquela comunidade escolar, bem como em permitir um avanço no seu desenvolvimento intelectual e social, por meio das ações da equipe gestora, dos professores e da intérprete de Libras.

O resultado desse trabalho em equipe foi uma aluna que, mesmo não conhecendo bem a língua portuguesa, desenvolveu-se muito em sua língua natural e socialmente, tornando-se uma pessoa segura e confiante, bem como, de acordo com os professores, a aluna também aprendeu conteúdos, sendo muito atenta ao que lhe era transmitido e também à intérprete.

Cabe ressaltar aqui a necessidade de a escola compreender seu papel de formadora de cidadãos, de pessoas críticas que saibam se posicionar com coerência nas mais diversas situações, lutando por seus direitos e por aquilo que julgarem ser importante. Assim, partindo da ideia de que uma das coisas que permeiam o que chamamos de cidadania é o respeito ao outro, às suas particularidades, já que ele também é um cidadão, é na escola que deve começar essa conscientização através do convívio com as diferenças.

Podemos dizer que uma escola representa uma sociedade, uma vez que nela existe praticamente todo tipo de pessoa que se encontra fora de seus muros: pretos, brancos, altos, baixos, pobres, ricos, gordos, magros, pessoas com algum tipo de deficiência, pessoas sem deficiência e uma infinidade de outras diferenças que vemos diariamente. Depois de muita luta, o surdo também tem conseguido fazer parte dessa sociedade representada pela escola e precisa ser visto como mais uma pessoa diferente e não como incapaz de aprender, sendo colocado à parte nas atividades da sala de aula. Para isso, a escola tem a incumbência de usar todas as diferenças que a constituem para enriquecer seus alunos, criando estratégias que os levem a entender que vivem cercados de diferenças, que são elas que tornam cada um deles com identidade única e que precisam respeitá-las. Viver em sociedade requer capacidade de viver em coletividade e respeitar normas, e a escola é um ensaio disso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Luana Vaz. **Construindo uma escola inclusiva: o impacto do espaço escolar na promoção do acolhimento**, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstrea> Acesso em: 09 jun. 2019.

CORDOVA, Bianca Carrijo; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa Tacca. O intérprete de Língua de Sinais e a ação pedagógica no processo de aprendizagem do sujeito surdo. In: MARTÍNEZ, Albertina Mitjans; TACCA, Maria Carmem Villela Rosa (Orgs).

Possibilidades de aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência. São Paulo: Alínea, 2011. p. 209-234.

DUARTE, Soraya Bianca Reis; et al. **Aspectos históricos e socioculturais da população surda**, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n4/0104> Acesso em: 09 ago. 2019.

FARIA; Evangelina Maria Brito de; et. al. Língua de sinais: um instrumento viabilizador do desenvolvimento cognitivo e interacional do surdo. In: DORZIAT, Ana (org.). **Estudos surdos: diferentes olhares.** 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2017. p.171-198.

KLEIN, Madalena; FORMOZO, Daniele de Paula. **Im/possibilidades na educação de surdos: discussões sobre currículo e diferença**, 2009.

Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LIMA, Niédja Maria Ferreira de. Inclusão escolar de surdos: o dito e o feito. In: DORZIAT, Ana (Org.). **Estudos surdos: diferentes olhares.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2017. p. 143-170.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. **Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar**, 2006. Disponível em: <http://projetoredes.org/wp/wp-content/uploads/Lopes-Veiga-neto.pdf>

Acesso em: 13 set. 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/>. Acesso em: 18 jan. 2019.

_____. Qualidade e inclusão no ensino médio. **Revista pátio: ensino médio, profissional e tecnológico - Inclusão na escola das diferenças**, n. 22, p. 6-9, 2014.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/ Acesso em: 22 jun. 2019.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 24 jun. 2019.

PERLIN, Gládis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdos**, 2006. Disponível em: <https://docplayer.com.br/37094314-Fundamentos-da-educacao> Acesso em: 14 maio 2019.

IFAL. **Projeto de curso técnico de nível médio integrado em agropecuária**. IFAL, 2015. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br> Acesso em: 13 set. 2019.

_____. **Projeto político pedagógico institucional/PPPI**. IFAL, 2013. Disponível em: www.desenvolvimento.ifal.edu.br Acesso em: 14 set. 2019.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: _____. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 7-30.

THOMA; Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. **Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil**, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br>. Acesso em: 15 ago. 2019.

XAVIER, Ana Paula; et al. **Educação bilíngue de surdos: uma proposta de implementação na rede municipal de educação de Juiz de Fora/ MG**, 2016. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/576/379> Acesso em: 16 set. 2019.